



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

O ENSINO DE GEOGRAFIA E EFETIVAÇÃO DA LEI FEDERAL 10.639/03: ESTUDANDO A COMPLEXIDADE DOS CONHECIMENTOS DE MATRIZ AFRICANA NO ENGENHO-DE-AÇÚCAR

*RAFAEL FERREIRA DA SILVA*¹

*MERYELLE MACEDO DA SILVA*²

*HENRIQUE CUNHA JUNIOR*³

*CICERA NUNES*⁴

Resumo: A escrita da cultura africana se apresenta na forma material e na essência imaterial do espaço geográfico e precisa ser reconhecida como algo importante na cultura brasileira, suplantando as ideias eurocêntricas, as quais negam a complexidade do pensamento de matriz africana na formação espacial. Acreditamos que a implementação da Lei Federal 10.639/03 pode auxiliar na superação do eurocentrismo. O ensino de geografia precisa avançar no processo de efetivação da respectiva lei, o que nos leva a pensar em estratégias pedagógicas, a exemplo do estudo do patrimônio cultural negro. Nesse contexto, objetivamos analisar a materialidade e imaterialidade dos engenhos de cana-de-açúcar enquanto efetivação da Lei Federal 10.639/03. Nos fundamentamos no método da afrodescendência, tendo como procedimento a revisão bibliográfica, a exemplo de Cunha Junior (2020, 2011, 2010), Silva (2019), Nunes (2014) e Quirino (1918), bem como a prática de campo, ocorrida no Parque Estadual do Sítio Fundão, no município do Crato, localizado no Cariri cearense. Compreendemos que o estudo do engenho de cana-de-açúcar é significativo para a efetivação da Lei-10.639/03 no ensino de geografia à medida que leva a consciência espacial da história e cultura de matriz africana por meio da especialização do trabalho. A discussão acerca do patrimônio negro na escola é um mecanismo de enfrentamento do racismo e propicia a construção de uma identidade étnica.

Palavra-Chave: Ensino de geografia; Lei Federal 10.630/03; Engenho de cana-de-açúcar.

INTRODUÇÃO

A geografia é uma ciência que nos permite analisar criticamente o espaço geográfico, tendo vista as manifestações sociais e étnico-raciais. Estudar tais manifestações é estar preparado para ampliar o olhar, suplantando ideias eurocêntricas e racistas que oferecem um tratamento negativo às populações tradicionais africanas e afrodescendentes, isto é, os tratando como algo de menor importância na formação de outras culturas, a exemplo da cultura brasileira.

¹ Universidade Regional do Cariri-URCA. rafaelferreira688@yahoo.com.br

² Universidade Federal do Ceará-UFC. meryellemacedo@alu.ufc.br

³ Universidade Federal do Ceará-UFC. hcunha@ufc.br

⁴ Universidade Regional do Cariri-URCA. cicera.nunes@urca.br



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Ao construir um pensamento crítico acerca da dinâmica social e étnica no espaço geográfico, é fundamental que haja o reconhecimento do protagonismo negro, no sentido da constituição de significados sociais presentes na materialidade, os quais podem ser redimensionados para a educação escolar. Nesse contexto, objetivamos analisar a materialidade e imaterialidade dos engenhos de cana-de-açúcar enquanto efetivação da Lei Federal 10.639/03, no ensino de geografia. A Lei 10.639/03 alterou a LDB N°. 9.394/96 para instituir a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira na educação básica.

Para realização desse trabalho nos fundamentamos no método da afrodescendência (CUNHA JUNIOR, 2001) que nos leva a adentrar politicamente na história sociológica das populações negras e identificar as suas produções culturais, visibilizando-as. A revisão bibliográfica considerou os estudos de Cunha Junior (2020, 2011, 2010), Silva (2019), Nunes (2014) e Quirino (1918). O primeiro autor trata das relações étnicas na cultura brasileira revelando o conjunto de africanidade, enquanto a Meryelle pesquisa o afropatrimônio na tentativa de visibilizar o protagonismo social negro nas edificações, Nunes pesquisa sobre as africanidades nas manifestações de reisados e congos e Quirino é um importante pesquisador da colonização africana no Brasil.

Como procedimento metodológico, tivemos a prática de campo, ocorrida no Parque Estadual do Sítio Fundão, no município do Crato, localizado no Cariri cearense. No local existem artefatos culturais negros, como as ruínas de um engenho de cana-de-açúcar. Acreditamos que o estudo dos engenhos se converte numa chave que pode abrir portas para descobertas importantes acerca da complexidade do conhecimento de matriz africana para formação social brasileira.

Nesse texto, realizamos uma análise das dinâmicas socioculturais dos engenhos, açambarcando suas africanidades a serem inseridas no processo de construção do conhecimento geográfico sistematizado na escola. Em primeira instância discutimos a Lei 10.639/03 no ensino de geografia e posteriormente, evidenciamos a participação da população negra no funcionamento dos engenhos, considerando também a categoria de lugar, em razão da análise do Parque Estadual do Sítio Fundão. Segundo Callai (2009)



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

o lugar é onde se encontra as memórias coletivas e individuais e a construção da afetividade pela dinâmica social e pelos objetos fixos no espaço geográfico.

Compreendemos que o estudo do engenho de cana-de-açúcar é significativo para a efetivação da Lei-10.639/03 no ensino de geografia à medida que leva a consciência espacial da história e cultura de matriz africana por meio da especialização do trabalho. A discussão acerca do patrimônio negro na escola é um mecanismo de enfrentamento do racismo e propicia a construção de uma identidade étnica.

2. O ENSINO DE GEOGRAFIA E APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL 10.639/03

No decorrer de 1970 a geografia passou por um processo de renovação, pelo qual, buscou-se superar o modelo tradicional através do paradigma crítico. Entretanto, as transformações não incorporaram o debate das relações étnico-raciais (SOUZA, 2016), o que não favorece uma análise realmente crítica da realidade, especialmente quando refletimos sobre o ensino geográfico e seu objetivo, que é o de propiciar a consciência espacial. Para que a geografia supere a problemática epistemológica de não inclusão da temática étnico-racial, é fundamental a implementação das políticas educacionais, como a Lei Federal 10.639/2003.

A efetivação da lei supracitada no ensino de geografia tende a promover uma análise étnica do espaço geográfico, açambarcando as africanidades dos lugares, como forma de enfrentamento do racismo estrutural, que se reproduz também no contexto escolar. Essa discussão continua urgente à medida que compreendemos o despreparo das instituições escolares acerca do aprofundamento teórico sobre a África e as africanidades, o que torna pontual, ou mesmo inexistente, práticas pedagógicas antirracistas.

A sistematização da Lei 10.639/03 pode romper o silenciamento referente às práticas racistas na escola, corroborando para o reposicionamento e a construção social da população negra na educação (SANTOS, 2014). Para que haja uma verdadeira compreensão dos aspectos sociais e culturais das africanidades na escola, o currículo



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

precisa superar a matriz eurocêntrica, que constrói e reproduz racismos através da propagação de uma história única, onde africanas/os e afrodescendentes aparecem como inferiores culturalmente. Mesmo percebendo essa realidade nas historiografias tradicionais, persiste a ideia errônea de que existe uma democracia racial no Brasil.

O ideário de democracia racial objetiva mascarar a realidade acerca dos conflitos raciais e a falta de valorização da cultura negra e indígena no contexto da formação social e educacional (NUNES, 2014). Acredita-se, portanto, que a normativa 10.639/03, se converte como uma ferramenta para a desconstrução dos mitos criados pelo Estado, a exemplo de uma tal democracia racial. Ademais, a lei corrobora para a superação das práticas racistas, que constantemente são enfrentadas pelos movimentos sociais negros.

O ensino precisa se apresentar de maneira que possibilite entender a sociedade sobre outras lentes, que não estejam fixadas sobre os ideários que subjagam as unidades das relações socioculturais plurais. Santos (2014), amplia essa análise, ao afirmar que a escola deve possibilitar o desenvolvimento cognitivo dos grupos sociais menos favorecidos na estrutura social vigente, tendo em vista a não superposição de conhecimentos e culturas.

A escola precisa promover a formação intelectual das/os alunas/os, partindo das problematizações sociais e culturais que os circundam cotidianamente. Mas, se o processo de ensino e aprendizagem é dimensionado com práticas preconceituosas e racistas, as políticas educacionais devem assegurar a pedagogicidade de uma nova história social e cultural da população negra, onde ela figure como protagonista. Se o ensino sistematizado não é neutro, logo as problemáticas acerca do racismo estrutural devem ser debatidas com seriedade e objetividade no intuito de promover a construção de uma identidade étnica.

A educação sofre dificuldades em romper com modelos tradicionais e racistas, especialmente quando estão guiados por uma única forma de enxergar a realidade social na dinâmica espacial (SANTOS, 2011). Acreditamos ser importante para o rompimento das práticas racistas, tecer estratégias por meio da própria educação que possibilite



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

reconhecer as populações tradicionais, a exemplo da população africana, bem como as especificidades do período afro diaspórico.

Segundo Cunha Junior (2020) é de suma importância que as narrativas históricas sobre a população africana e afrodescendente na formação social, territorial e cultural brasileira, sejam reconhecidas, ultrapassando a dimensão do escravismo criminoso, onde escravizadas/os são compreendidas/os essencialmente por sua força braçal.

[...] A marca africana é indiscutível na cultura brasileira. Mas estes povos africanos e afro-descendentes, nas suas epopéias de busca de liberdade e de igualdade social, realizaram eixos marcantes da história social do povo brasileiro. Empreenderam milhares de quilombos, de rebeliões, de instituições no combate ao escravismo criminoso. Tiveram intensa participação em todos os movimentos da história nacional [...] (CUNHA JUNIOR, 2020, p. 251).

A história de África não pode ser contada sobre olhares racistas ou deterministas geográficos. E, para que isto não ocorra especificamente no campo da educação, sugerimos que o currículo escolar seja reformulado, especialmente quando se trata da geografia da África. Ao ensinar sobre o processo de transformação do espaço geográfico africano em termos territoriais, culturais, sociais e econômicos, é preciso considerar a história milenar africana, portanto, a complexidade de transformações que antecedem a conquista criminosa da Europa ao chamado novo mundo. Cunha Junior (2010) afirma que muitos países africanos possuem um sistema comercial complexo e um conjunto de técnicas que influenciaram a economia externa do continente. Tais influências podem ser encontradas em países asiáticos e europeus, no que se refere a técnicas de construção, de agropecuária, tecelagem, mineração, carpintaria e etc.

Resgatar a história africana é desafiar um sistema que opera no intuito de invisibilização da sociabilidade negra, e, a geografia tem o potencial de revelar uma nova face que verdadeiramente pode auxiliar na construção social da população negra na diáspora. Santos (2014, s/p) diz que “a geografia tem relação direta com a constituição das relações raciais”, sendo um dever descortinar uma nova história no que tange a contribuição da população negra na formação social brasileira. Isso pode ser elencado por meio de problemáticas que se apresentam no espaço geográfico, seja a nível de cidade, bairro ou rua. A geografia, portanto, pode colaborar com a desconstrução dos



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

modelos eurocêntricos que são orientados para tornar as relações étnicas no espaço escolar e fora dele um debate de menor importância.

Para superar as práticas do racismo na escola por meio da implementação da Lei 10.639/03, enfatizamos a importância de resgatar história africana e afrodescendente, apresentando estratégias pedagógicas que viabilizem o reconhecimento cultural e social da população negra no contexto da inserção da diversidade cultural em novos territórios. Ressaltamos que para ocorrer o rompimento do racismo na escola é fundamental que as/os professoras/es recebam na formação inicial e continuada o suporte necessário para debater as questões étnico-raciais.

Para Nunes e Santos (2011) durante formação inicial de professores, em muitas instituições universitárias, não existem disciplinas relacionadas ao debate das relações étnico-raciais, uma vez que a universidade é permeada por teorias que fomentam o epistemicídio, invisibiliza a contribuição da população negra e conseqüentemente, forma profissionais não aptos ao enfrentamento do racismo na escola. Isso se torna mais emblemático quando não há uma formação continuada referente a temática, onde vigore a importância da população negra na formação social dos lugares, especialmente do Brasil.

Discutir a prática de professores e sua relação com diversidade racial faz-se necessário, visto ser um assunto complexo, que constantemente apresenta-se em situações de sala de aula. Daí a necessidade de compreender essa relação na formação e atuação de professores como não antagônicas, mas como interdependentes, visando uma maior competência profissional (NUNES; SANTOS, 2011, p. 62).

Na formação inicial é importante que os professores de geografia busquem meios para superar o racismo e fomentar a construção social da população negra (SOUZA, 2016). Para tanto, a análise do espaço geográfico se apresenta como fundamental para construir olhares críticos acerca da realidade étnico-racial presente na materialidade, tendo em vista o rompimento com as hierarquizações sociais baseadas em teorias eurocêntricas.

O estudo da materialidade é uma tentativa de revelar as africanidades existentes, e, aqui, apresentamos o estudo do engenho de cana-de-açúcar como possibilidade para a



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

implementação da Lei 10.639/03. Acreditamos que educadoras e educadores de geografia devem apresentar uma nova história sobre a contribuição dos conhecimentos africanos e afrodescendentes, a exemplo das técnicas que foram transferidas na diáspora e formam a complexidade sistêmica do trabalho organizado da população negra nos engenhos.

3. As africanidades do engenho de cana-de-açúcar

O Brasil foi colonizado por populações africanas e afrodescendentes no período da diáspora forçada (QUIRINO, 1918). Nesse processo foram transferidas técnicas necessárias para a transformação do espaço geográfico brasileiro e a implementação de conhecimentos complexos no que tange a agropecuária, mineração, a arquitetura e etc. (CUNHA JUNIOR, 2015). A apreensão dos saberes e fazeres das populações africanas é necessária para compreendermos as africanidades na formação do patrimônio cultural representado pelo arranjo da materialidade e imaterialidade brasileira.

As africanidades são o caminho para resgatar a cultura do passado de África ressignificada no presente, reconhecendo a influência do pensamento africano na formação do espaço geográfico brasileiro (CUNHA JUNIOR, 2020). Nos deparamos cotidianamente nos percursos geográficos com as africanidades, como, a arquitetura, que revela no espaço a contribuição da população negra na elaboração material, através de técnicas antigas de construção.

As técnicas precedem as tecnologias e constantemente fomentam a transformação do espaço geográfico, formulando novos aspectos sociais e culturais. Cada evolução social funciona como um condicionante para historicizar relações sociais de um momento, marcadas pelas técnicas que viabilizam a organização espacial, resultando, portanto, em novos significados socioculturais (SANTOS, 2012). Desse modo, as técnicas africanas se apresentam como fundamentais para a constituição material do espaço geográfico brasileiro. Aqui, pretendemos problematizar os conhecimentos milenares de construções dos engenhos e a organização do trabalho africano no interior dos mesmos, alinhado às possibilidades de uma nova forma de ensino geográfico.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

A formação dos engenhos no Brasil necessitava de conhecimentos que só os africanos possuíam, como no caso da construção de moendas, do estudo da topografia do terreno, da construção de ductos de água e da própria arquitetura, onde figurava a utilização do tijolo de adobe, este, minimizava a intensidade de calor para o interior dos engenhos. O adobe é feito “[...] de terra crua, geralmente muito grande com relação aos tijolos de hoje, cuja técnica de produção implica ser seco inicialmente à sombra e depois ao sol [...]” esse tijolo é muito comum nas construções próximo do rio Nilo (CUNHA, 2010, p. 28-9). Cabe ressaltar mais uma técnica, a saber, o manejo com cana-de-açúcar que se intensificou inicialmente no sul do Brasil com a chegada dos africanos. A cana, “[...] cresce em forma de touceiras, constituídas por uma parte aérea e outra subterrânea. Da parte aérea fazem parte os colmos, as folhas e as flores [...]”. Inicialmente, buscou-se fomentar o trabalho indígena em relação ao cultivo, corte e transporte da cana para os engenhos. Posteriormente, especificamente em 1570, a mão de obra indígena foi suplantada com a chegada de africanos em maior quantidade, destinados a implementação dos engenhos e a produção do açúcar e aguardente (SZMRECÁNYI, 1979, p. 110-111 *apud* RODRIGUES; ROSS, 2020, p.13).

Para se produzir o açúcar era preciso conhecer o colmo, que é a “parte principal da cana”, pois, é dessa parte que no processo da moagem é extraído o caldo para a fervura e a produção do açúcar. “[...] O colmo tem forma cilíndrica e atinge na primeira rebrota cerca de 2 m de altura, mas pode alcançar até 6 m, no caso da variedade atualmente denominada cana energia [...]”. Além destes conhecimentos para o plantio e colheita, era necessário saber o aparelhamento, distância do plantio e as condições físicas e químicas da terra. Após a extração do sumo da cana, o bagaço era utilizado para outros fins, como, forragem para o gado (RODRIGUES; ROSS, 2020, p.13).

O conjunto de técnicas apresentadas nos permite elencar problemáticas acerca das populações tradicionais africanas e afrodescendentes no contexto de formação da cultura do Brasil. Africanas/os e afrodescendentes conheciam e produziam uma complexidade de saberes no espaço geográfico, fomentando transformações espaciais importantes por meio do resgate das matrizes ancestrais reelaboradas no território brasileiro.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

O olhar geográfico sobre a composição material e o funcionamento social nos engenhos precisa ser ampliado, ultrapassando a visão equivocada de que as populações africanas e afrodescendentes possuíam apenas a força braçal para manutenção da produção açucareira no contexto econômico brasileiro. Professoras e professores, especialmente de geografia, precisam problematizar junto aos estudantes, a existência do pensamento complexo das populações tradicionais, desmistificando a ideia de incivilidade social. Na figura 1, apresentamos alguns pontos importantes que podem ser debatidos entre professoras/es e alunas/os no intuito de superar os ideários baseados na inércia social negra.

Figura 1: Trabalho no Engenho de Açúcar



Fonte: <https://www.todamateria.com.br/>

É possível observar a existência da organização do trabalho no interior do engenho, cada grupo de pessoas tem uma função importante. Os grupos são específicos, mas trabalham coletivamente, desde o plantio, o corte e domesticação dos animais para a tração do maquinário. O aparelhamento do corte de cana influencia na quantidade de sumo extraído tanto para a produção do açúcar quanto para aguardente e outros produtos (RODRIGUES; ROSS, 2020). Os grupos que cortam as canas assumem a função de transportar a matéria prima em cima de animais, apoiados em carroças ou cambite, logo, esse último grupo, eram denominadas de cambiteiros. No nordeste brasileiro é muito comum a figura dos cambiteiros associados também ao vaqueiro (FIGUEIREDO FILHO, 2010), tendo em vista a colonização africana na respectiva região.



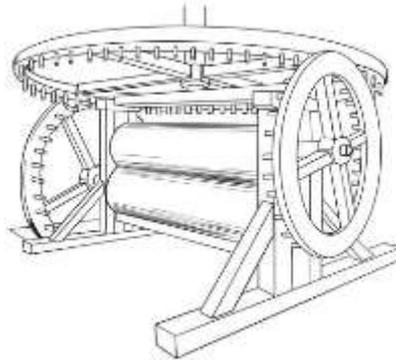
SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Além das divisões do trabalho nos engenhos, encontramos técnicas de trabalho com a madeira, a estrutura do maquinário e a construção dos transportes guiados pelos animais domesticados. Ainda sobre a figura 1 podemos observar a simetria das cangas nos animais, a sincronização das voltas circulares e a regência do trabalhador negro sobre os animais para que não haja qualquer problema no processo da produção, ou seja, na extração do caldo da cana-de-açúcar.

Cada conhecimento profissional é especificado por ofícios, a saber, o de carpinteiro, domesticador de animais, moedor, mestre de açúcar ou rapadura e etc (RODRIGUES; ROSS, 2020). Observem também que o responsável por posicionar a cana para moagem está sentado em um banco gigante, que envolve um conhecimento matemático, químico e físico, tanto nas simetrias da madeira, como na escolha correta de tal maneira que suportasse a envergadura. Essa madeira tinha que ser selecionada com um conhecimento específico, para a produção de banquetas, maquinário e os suportes para os animais, como carroças e cambites. Toda engrenagem da moenda que a foto permite analisar é feita de madeira e apresenta uma complexidade no momento da montagem, sem fugir do encaixe correto de cada peça da moenda.

Na figura 2 podemos observar detalhadamente cada encaixe da moenda. Após a colheita as canas eram levadas para o engenho e depositadas em um espaço e depois aparelhadas em agrupamento para serem colocadas na “[...] prensagem em grandes rolos de madeira de lei, cobertos por arcos ou placas de ferro [...]” (EISENBERG; SCHWARTZ, 1977, p. 61; 1988, p. 104 *apud* RODRIGUES; ROSS, 2020, p. 45). Analisando essa sequência do trabalho, de modo sincronizado e tabelado pelo tempo correto, é possível desvelar um conjunto de conhecimentos complexos que suplantam o ideário de incivilidade social imposto às populações africanas e afrodescendentes pelos europeus.

Figura 2: Moenda de engenho de cana-de-açúcar



Fonte: RODRIGUES; ROSS, A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil, 2020, p. 46.

Segundo Rodrigues e Ross (2020, p. 46) na organização do trabalho nos engenhos se destaca uma pessoa muito importante, a saber, o mestre de açúcar, este possuía toda regência da produção, como estabelecer funções, conhecer o preparo certo do caldo, saber da química e da física, no que tange a temperatura das caldeiras e do caldo para o preparo de cristalização do açúcar. O mestre sabia “[...] Pela cor, odor e textura, o tacheiro [...] se havia alcançado o ponto para o líquido ser despejado em formas de barro, com formato cônico, que tinham no seu fundo um buraco, tampado com folha de bananeira [...].”

Toda essa complexidade compassadamente dividida e organizada pelos trabalhadores africanos e descendentes apresentada no contexto acima, precisa ser debatida com o objetivo de superar as lentes limitantes do racismo criminoso sobre a população negra nos engenhos, na cultura e na economia. Existem várias dimensões importantes que movimentou a economia brasileira no período do escravismo criminoso, embora a produção do açúcar no sul do Brasil fosse exportada e tivesse maior importância para os comercializadores europeus, o nordeste brasileiro, com destaque para o Ceará, a produção manteve-se interna e o açúcar foi algo que menos se produziu em relação à outros estados (CUNHA JUNIOR, 2011).

A economia cearense revela que toda produção, fosse ela baseada no açúcar, rapadura, carne de charque e etc., era para consumo interno saindo dos marcos das grandes exportações. Não significa dizer que no Ceará não havia populações negras, pois, o gado e a cultura do couro foram inseridos no contexto de formação social e econômica do



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Estado (CUNHA JUNIOR, 2011). Segundo Souza (1999) os trabalhos com o couro podem ser identificados no contexto de formação territorial, cultural e econômica do município de Aracati, por exemplo. Os conhecimentos com a carne de charque, a pesca e tantas outras atividades foi o que influenciou a economia local e de outras áreas do território cearense.

É possível perceber a mobilidade que as populações tinham/têm nos territórios regionais, carregando consigo os saberes que foram transportados na diáspora, materializados e ressignificados no contexto da cultura brasileira, suplantando a ideia de inertes no tempo-espaço. Cada contribuição da população negra deve ser reconhecida como algo de maior importância, como caminho, para a reparação histórica. Nesse sentido, a educação deve promover reflexões que possibilitem essa reparação e promova a equidade social e étnica no contexto da formação de uma nova história do Brasil.

No tópico seguinte, temos uma análise dos conhecimentos africanos e afrodescendentes nos engenhos, a nível de lugar, contextualizados no processo de ensino geográfico. Revelamos um passado como ponte para ressignificar o presente, tecendo a crítica necessária no intuito de ampliar nossa ⁵cosmopercepção acerca das geografias demarcadas pelo acervo material e imaterial elaborado pela população negra. Estudamos o engenho de madeira do Parque Estadual Sítio Fundão, que se localiza em torno do sopé da Chapada do Araripe e compõe uma parte fundamental da história da população negra no município do Crato, então situado no sul do Estado do Ceará, especificamente da Região do Cariri.

3.1 O Sítio Fundão e os conhecimentos africanos e afrodescendentes

O Crato foi fundado na primeira metade do século XVIII, com a chegada de missionários capuchinhos, marcando o território com o catolicismo europeu, imposto aos índios cariris, aldeados no local onde hoje se encontra a Praça da Sé. Segundo Farias Filho (2007) a chamada Missão do Miranda, tem sua origem em 1740, tendo como primeiro símbolo

⁵ [...] estudar a cosmovisão africana perpassa pelas cosmopercepções e cosmosensações, implica levar as(os) sujeitas(os), de modo simbólico, vivencial e conceitual, a uma viagem ancestral de volta as suas raízes [...] (PETIT, 2015 APUD MORAIS, 2018, p. 159).



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

religioso uma capela dedicada à Nossa Senhora da Penha, construída em pau a pique e coberta de palha. Na segunda metade do mesmo século a pequena capela foi derrubada dando lugar a uma igreja maior, imponente para o período tendo uma torre, aberturas de portas e janelas, fachadas e etc. Na primeira metade do século XX é erguida a segunda torre na parte oeste da igreja, na qual se encontra o sino (FARIAS FILHO, 2007).

O processo de urbanização do Crato se deu a partir da atual Praça da Sé, onde se encontra a igreja supracitada. Para a exploração e manutenção do território caririense foi necessário estabelecer uma base econômica, representada pela agropecuária. Com a chegada de mais europeus no Cariri, especificamente no Crato, foi necessária a inserção de mão de obra especializada, e, quem tinha especialização no trabalho agropastoril eram os africanos e seus descendentes (SILVA, 2019).

Diante do contexto de imposição religiosa, controle social e territorial, o Crato passa de denominação de aldeamento à Vila Real do Crato em 1764, mesmo com essa transição a urbanização cidadina não possuía expressividade urbana em relação a Icó (GURGEL, 2012 *apud* SILVA, 2019). Silva (2019) diz que o Crato só chegou a ser elevado à cidade em 1853 e teve um crescimento urbano desordenado no século XX, com o surgimento dos bairros negros, a exemplo do bairro Seminário.

O bairro Seminário é povoado por uma maioria afrodescendente, que na produção do espaço teceu uma história ancestral de base africana. Isso se apresenta na urbanização do bairro, impressa na constituição da materialidade e imaterialidade, como na organização social, cultural e econômica. Silva (2019, 72-3) nos conta que o bairro tem essa denominação Seminário por conta da edificação da Igreja Seminário São José, cuja importância para a formação educacional cidadina reverberou na expansão local e a formação de recortes espaciais específicos no bairro. “[...] O referido prédio está assentado numa área de relevante altitude, o que permite uma visão panorâmica da parte central da urbe cratense, em vários pontos desta, é possível vislumbrar a imponência do Seminário que dá nome ao bairro [...].”



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

Na formação do patrimônio cultural do bairro Seminário, que iniciou a partir da encosta, revela um conjunto de africanidades na materialidade. Dentre as relações sociais e culturais da população negra presentes e revelada na forma material, analisamos, especificamente os artefatos culturais negros que estão presente no Parque Estadual Sítio Fundão, que se localiza ao Sul do Seminário São José, numa área de Unidade de Conservação-UC.

O imóvel Sítio Fundão foi transformado em uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral pelo Governo do Estado de Ceará, através do Decreto nº 29.307, de 05 de junho de 2008, com base no reconhecimento de que a área apresentava condições para a criação de um Parque Estadual, pois apresentava riqueza de patrimônio natural (biodiversidade e geodiversidade), históricocultural (edificações) de relevante importância para o município do Crato e do estado do Ceará (FERNANDES *et al*, 2017, p. 208).

Existe no Parque Estadual Sítio Fundão um patrimônio cultural negro, especificamente, uma casa de taipa de mão em andar, um engenho com engrenagem de madeira e motor de ferro, e uma muralha de pedra para barrar as águas do rio Batateiras, que fica a norte do engenho. Existe na muralha uma perfuração em formato de ducto para canalizar a água até o engenho, considerando que em épocas precedentes o rio Batateiras possuía uma maior vazão.

Após a institucionalização do Sítio Fundão enquanto parque estadual, foram elaboradas algumas trilhas ecológicas, e dentre elas, se destaca a principal, cujo percurso nos leva a casa de taipa (FERNANDES *et al*, 2017). Em outra trilha, a pouco mais de 200 metros da casa, existe a entrada para as ruínas do engenho, que em 2018 sofreu um incêndio que destruiu parte significativa de sua estrutura.

Gonçalves (2011) afirma que o engenho do Sítio Fundão foi construído em meados do século XVIII e ganhava destaque por ser de madeira. O funcionamento para mover as moendas era por força animal. Nesse processo utilizavam algumas levas de boi. No engenho se produzia rapadura, doce de gamela e aguardente. Segundo Figueiredo Filho



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

(2010) os proprietários dessa localidade mantinham uma relação próxima com os proprietários do Sítio Bebida Nova, que também tinha um engenho de pequeno porte e produzia os mesmos produtos anteriormente mencionados. Tais produtos serviam para consumo da família e para comercialização na feira tradicional do Crato, mais especificamente na antiga rua do fogo, atual Senador Pompeu, que se situa na parte central da cidade.

Na figura 3 podemos perceber a complexidade da estrutura do engenho do Sítio Fundão. Cada detalhe do arranjo do maquinário pode revelar conhecimentos africanos na área de carpintaria, engenharia, arquitetura, geografia e matemática, especialmente quando discutimos as especificidades do trabalho.

Figura 3: Engenho do Sítio Fundão



Fonte: <https://barbalhaesquecida.home.blog/>

A geografia propicia analisar criticamente os aspectos que constitui o espaço geográfico, as etapas e os processos de reelaboração mediada pela inserção de novas técnicas e um conjunto de tecnologias, que fomenta a relação de uma história do passado alinhada ao presente no processo de construção do ser social (SANTOS, 2012). Durante os percursos geográficos no Sítio Fundão, educadoras e educadores ao vislumbrarem o patrimônio cultural negro, devem problematizar a história, buscando evidenciar a complexidade do pensamento africano inserido na elaboração desse acervo cultural, suplantando a ideia de que tais populações não pensavam e/ou não tinham uma organização social, cultural e técnica. A contextualização da presença negra e dos



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

conhecimentos de base africana no estado do Ceará são parte importante desse processo formativo de ressignificação com a história e a cultural local.

Enfatizamos que ao abarcar a história da população negra, especialmente, nos engenhos, professoras e professores de geografia estão efetivando a Lei 10.639/03. Condicionando a/ao estudante o acesso a uma nova narrativa da população negra, propiciando a construção de uma identidade étnica e o alcance da consciência espacial.

Considerações finais

A geografia possibilita analisar criticamente as relações sociais e étnicas no espaço geográfico, as marcas que representam o passado e a ressignificação do presente. A dinâmica do espaço-tempo é demarcada por aspectos das ações sociais e a implementação de novas manifestações culturais. Diante do contexto, compreendemos a importância de conhecer o que passou e os novos significados sociais do presente, que se apresenta de forma plural, cujos conjuntos socioculturais são demarcados por unidades. Entendemos que a população africana e afrodescendente é protagonista nesse processo histórico de constituição material e imaterial do espaço geográfico brasileiro. A análise dos artefatos culturais negros, como no caso dos engenhos de cana-de-açúcar possibilita o resgate da história e cultura africana e afrodescendente descontextualizada do pensamento eurocêntrico, que impede uma visão crítica da realidade.

O estudo dos patrimônios culturais negros é relevante na sistematização da Lei Federal 10.639/03, tendo em vista práticas pedagógicas favoráveis ao conhecimento da contribuição da população africana e afrodescendente para a sociedade brasileira. Nesse intento, é imprescindível que professoras e professores acessem as afroreferências.

A guisa de conclusão, enfatizamos a relevância da educação escolar para o enfrentamento do racismo e para a construção de uma identidade étnica por parte das/os estudantes. É preciso que educadoras e educadores, tendo em vista a educação



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

enquanto ato político, possam atuar sistematicamente na desconstrução de uma história centrada no pensamento europeu, que impede a apreensão das mutações socioculturais da população negra no tempo-espaço.

Referências

- BRASIL. Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 de janeiro de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 10 .Setem. 2021.
- CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOANNI, Antonio. (Org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações
- COSTA. Maria Clélia Lustosa. Urbanização da Sociedade Cearense. In: DAMIANI, Amélia L. (Org.). **O espaço no fim do século**: uma nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 166. Mar. p. 104-111, 2015.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Cultura afrocearense. In: **Artefatos da cultura negra no Ceará**. CUNHA JUNIOR et al. (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 102-132.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. Nós, afro-descendentes: história africana e afrodescendente na cultura brasileira. In: ROMÃO, Jeruse. (Org.). **História da Educação do Negro e outras histórias**. Brasília 2020, p. 278.
- CUNHA JUNIOR, Henrique. **Tecnologia africana na formação brasileira**. Rio de Janeiro: CEAP, 2010.
- FARIAS FILHO, W. A. **Crato**: Evolução Urbana e Arquitetura 1740- 1960. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.
- FERNADES, P. A. S; VIEIRA, R. S.; PINHEIRO, M. A. FÉ MOURA, M. M. Proposta de Educação Ambiental no Parque Estadual Sítio Fundão (Crato -CE) como ênfase na flora nativa. **Revbea**, São Paulo- SP, v.12 nº4, p. 207- 218, 2017.
- FIGUEIREDO FILHO, José de. **Engenho de Rapadura do Cariri**. Coedição Secult. Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- GONÇALVES, Naudiney de Castro. **"O fogo não está morto"**: engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. 2011. 83 f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.



SALVADOR E SUAS CORES [2021]
Por uma Agenda Antirracista para as Cidades Brasileiras, Africanas
e da Diáspora Negra nas Américas

MENDES, Raquel Almeida.; RATTTS, Alex. **O lugar da África no ensino de geografia.** Disponível em: <

http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562639374_ARQUIVO_MENDES_RATTTS_TRABALHOENANPEGE>. Acesso em 5. set. 2021. no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 83-134.

NUNES, Cícera. **Reisado Cearense:** uma proposta para o ensino das africanidades. 1 ed. Fortaleza: Conhecimento. 2014.

NUNES, Cicera; SANTOS, Risomar Alves. A formação de professores e a inclusão da Lei nº 10.639/2003 nas práticas educativas no cariri cearense. In: **Artefatos da cultura negra no Ceará.** CUNHA JUNIOR *et al.* (Orgs.). Fortaleza: Edições UFC, 2011. p. 5672. QUERINO, Manuel. **O colono preto como fator da civilização Brasileira.** Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20815/13416>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

RODRIGUES, Gelze Serrat de Souza Campos.; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **A trajetória da cana-de-açúcar no Brasil:** perspectivas geográfica, histórica e ambiental. Uberlândia. EDUFU, 2020. p. 272.

SANTOS, Clézio dos. O ensino de geografia e a cultura africana e afro-brasileira na escola. **Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.3, n.1, 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6 ed. São Paulo: USP, 2012.

SANTOS, Renato Emerson dos. A Lei 10.639 e o Ensino de Geografia: Construindo uma agenda de pesquisa-ação. **Tamoios**. n. 1, p.4-24. 2011.

SILVA, Meryelle Macedo da. **Patrimônio Arquitetônico Afrocratense: implicações educativas.** 2019. 114f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Regional do Cariri-URCA. Crato, 2019.

SILVA, Samuel Moraes. **Baobando em uma formação de raiz africana com professoras(es) e núcleo gestor da educação básica na cidade de Crato-Ce.** 2018. 239f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de PósGraduação em Educação Brasileira da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

SOUZA, Lorena Francisco de. As relações etnicorraciais na geografia escolar: desafios metodológicos e pedagógicos. **Revista produção acadêmica – núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ NURBA**, v. 2 n. 2. p. 04-19, dez., 2016.